

JORNAL DO FEDERAL

Ano XXVIII, nº 114 - Janeiro 2018



RETROSPECTIVA 2017



A Psicologia em 2017

○ **Jornal do Federal** está de cara nova

Nesta edição do Jornal do Federal, você encontrará as principais notícias da Psicologia no ano de 2017, como a defesa da Resolução CFP 01/99, os 20 anos da Comissão de Direitos Humanos, as inspeções em comunidades terapêuticas, a importância do ensino presencial na formação em Psicologia, a posição do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre a proposta de redução da maioria penal e sobre os cortes nos recursos para a Assistência Social.

Em 2017, o CFP iniciou os “Diálogos Digitais”, rodas de conversas com transmissão online e participação do público pelas redes sociais. Entre os temas debatidos, destaque para os 55 anos da Psicologia no Brasil, orgulho LGBT, mediação no Sistema Conselhos e Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

A Resolução 01/99 do CFP entrou na pauta do ano, ao ser alvo de ação popular movida por um grupo de psicólogas e psicólogos defensores do uso de terapias de reversão sexual. O CFP seguiu na defesa de sua resolução, garantindo que a Psicologia brasileira não será instrumento de promoção do sofrimento, do preconceito, da intolerância e da exclusão.

Em outubro de 2017, comunidades terapêuticas de todas as regiões do país foram alvo de uma inspeção nacional realizada pelo CFP, em conjunto com Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do Ministério Público Fed-

ral e pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT).

Em contraponto ao decreto presidencial que regulamenta a oferta de cursos na modalidade a distância até mesmo na área da saúde, publicado em 2017, o CFP e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) destacam que não é possível ensinar Psicologia de forma impessoal e por isso a formação na área de saúde exige prática presencial.

A retrospectiva de 2017 não poderia deixar de incluir o “Encontro de Bauru: 30 anos de luta por uma sociedade sem manicômios”, que ocorreu nos dias 8 e 9 de dezembro, na Universidade Sagrado Coração, na cidade de Bauru (SP). Mais de 1,8 mil pessoas, entre usuários da saúde mental, profissionais, professores e estudantes, participaram das atividades, reafirmando a luta por uma sociedade sem manicômios.

Além de um novo leiaute, outra novidade é que, a partir desta edição, o Jornal do Federal passa a ser apresentado em duas versões: online e impressa. A publicação digital (confira no site jornaldofederal.cfp.org.br) possibilita maior alcance do periódico, além da sua difusão e compartilhamento nas redes sociais e canais digitais.

Boa leitura.



Jornal do Federal é uma publicação anual do Conselho Federal de Psicologia

Ano XXVIII, nº 114 – Janeiro de 2018

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, sala 104 CEP: 70.070-600 - Brasília/DF Brasil | Fone: (61) 2109-0100 - Fax: (61) 2109-0150

www.cfp.org.br

facebook.com/conselhofederaldepsicologia

Twitter @cfp_psicologia

Instagram @conselhofederaldepsicologia

DIRETORIA

Rogério Giannini – Presidente

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – Vice-presidente

Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – Secretário

Norma Celiane Cosmo – Tesoureira

CONSELHEIROS EFETIVOS

Iolete Ribeiro da Silva (Secretária Região Norte), Clarissa Paranhos Guedes (Secretária Região Nordeste), Marisa Helena Alves (Secretária Região Centro Oeste), Júnia Maria Campos Lara (Secretária Região Sudeste), Rosane Lorena Granzotto (Secretária Região Sul), Fabian Javier Marin Rueda (Conselheiro convidado) e Célia Zenaide da Silva (Conselheira convidada)

CONSELHEIROS SUPLENTE

Maria Márcia Badaró Bandeira, Daniela Sacramento Zanini, Paulo Roberto Martins Maldos, Fabiana Itaci Corrêa de Araújo, Jureuda Duarte Guerra (Suplente Região Norte), Andréa Esmeraldo Câmara (Suplente Região Nordeste), Regina Lúcia Sucupira Pedroza (Suplente Região Centro Oeste), Sandra Elena Sposito (Suplente Região Sudeste) e Cleia Oliveira Cunha (Suplente Região Sul)

PSICÓLOGA E PSICÓLOGO CONVIDADOS

Elizabeth de Lacerda Barbosa e Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa

COORDENADORA-GERAL

Miraci Mendes Astun

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rodrigo Farhat – DRTMG-4477

REPORTAGEM

André Martins de Almeida, Everton dos Santos Silva Rodrigues, Nita Queiroz e Thais Paiva Ribeiro

EDIÇÃO

Luana Spinillo

DESIGN GRÁFICO

Marcos Cavalcante Nobre

APOIO

Ana Clara de Medeiros Araújo

DIAGRAMAÇÃO

Movimento Comunicação Integrada

IMPRESSÃO

Quality Gráfica e Editora

TIRAGEM

230 mil exemplares



Ampliados compromissos com população LGBT

“A Psicologia brasileira não será instrumento de promoção do sofrimento, do preconceito, da intolerância e da exclusão

Pedro Paulo Bicalho

Profissionais da Psicologia terão normas de atuação em relação às pessoas travestis e transexuais regulamentadas. A decisão de publicar uma resolução foi tomada pelas delegações da categoria reunidas em Brasília, durante a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), nos dias 16 e 17 de dezembro de 2017.

A resolução determina que, em sua prática profissional, psicólogas e psicólogos devem atuar de forma a contribuir para a eliminação da transfobia e orienta, ainda, que não favoreçam qualquer ação de preconceito e nem se omitam frente à discriminação de pessoas transexuais e travestis.

Na prática, a nova resolução complementa a Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que orienta os profissionais da área a atuar nas questões relativas à orientação sexual.

Na Apaf de dezembro de 2017, as delegações aprovaram nota técnica sobre a Resolução 01/99. O documento reafirma o papel da Psicologia na defesa dos princípios que norteiam os Direitos Humanos e o Código de Ética do Psicólogo e também combater a LGBTfobia.

Ataques – Em setembro de 2017, a Resolução 01/99 foi alvo de ação popular movida por um grupo de psicólogas e psicólogos defensores do uso de terapias de reversão sexual. De acordo com a Resolução 01/99, não cabe às psicólogas e aos psicólogos brasileiros o oferecimento de qualquer tipo de terapia de reversão da homossexualidade, uma vez que a homossexualidade não constitui patologia para ser curada, nem desvio para ser reorientado.

Ainda em setembro, a Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal acatou parcial-

mente o pedido liminar, abrindo possibilidade de uso de terapias de reversão sexual.

Mesmo mantendo a integralidade do texto da Resolução 01/99, a decisão liminar do juiz federal Waldemar Cláudio de Carvalho determinou que o CFP a interpretasse de modo a não proibir que profissionais da Psicologia façam atendimento buscando reorientação sexual.

Após decisão liminar, o CFP entrou com agravo de instrumento na segunda instância do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-01).

Equívocos – No mês de dezembro, a Justiça Federal proferiu sentença mantendo a Resolução 01/99 na íntegra e reconhecendo a competência orientadora, disciplinadora e fiscalizadora do CFP. Mesmo assim, a decisão judicial ainda mantinha equívocos, por alegar que a 01/99 impediria o avanço de pesquisas cientí-





ficas na área da sexualidade. Esse argumento não tem qualquer sustentação de base técnica, tendo em vista que o CFP, assim como todos os demais conselhos profissionais, não tem competência para regular pesquisas científicas. Essa prerrogativa cabe à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde. O vocábulo “pesquisa” sequer é citado no texto da Resolução do CFP.

Outro equívoco da sentença, apontado pelo CFP, está no fato de relacionar a categoria psiquiátrica egodistonia por orientação sexual como justificativa para o uso de tratamentos de mudança da orientação sexual. Em resposta a esse argumento, a Psicologia propõe outra leitura sobre os sofrimentos decorrentes das chamadas homossexualidades egodistônicas. Não se trata de negar o sofrimento que as pessoas homossexuais são acometidas decorrentes da LGBTfobia, porém entender que o sofrimento não está nas orientações sexuais em si mesmas (homossexualidade, bissexualidade ou heterossexualidade), mas relacionadas às condições sociais que atribuem sentido pejorativo às suas expressões e vivências, prejudicando a qualidade da vida psíquica e social.

O CFP aponta que terapias de reversão sexual representam uma violação dos direitos humanos e não têm qualquer embasamento científico, alertando que as terapias de reversão sexual não têm resolutividade, como apontam



estudos feitos pelas comunidades científicas nacional e internacional, além de provocarem sequelas e agravos ao sofrimento psíquico.

O CFP enfatiza os impactos positivos que a Resolução 01/99 produz no enfrentamento aos preconceitos e na proteção dos direitos da população LGBT no contexto social brasileiro, que apresenta altos índices de violência e mortes por LGBTfobia. Demonstrou, também, que

não há qualquer cerceamento da liberdade profissional e de pesquisas na área de sexualidade decorrentes dos pressupostos da resolução. É importante lembrar que a resolução, em seus 18 anos de existência, jamais impediu o avanço da pesquisa científica como também nunca impediu o atendimento psicológico a pessoas de quaisquer orientações sexuais: homo, hetero ou bissexuais. Diante disso, o CFP decidiu recorrer da sentença.



ENCONTRO EM BAURU REAFIRMA LUTA POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS

Nova Carta de Bauru destaca juventude e infância e indica necessidade de avanço das políticas públicas de saúde mental intersetoriais

Nenhum passo atrás. Manicômio nunca mais! Essa foi a tônica do “Encontro de Bauru: 30 anos de luta por uma sociedade sem manicômios”, ocorrida, dias 8 e 9 de dezembro de 2017, na Universidade Sagrado Coração, em Bauru (SP). Mais de 1,8 mil pessoas, entre usuários da saúde mental, profissionais, professores e estudantes, participaram das atividades realizadas no campus e na cidade.

Com atividades culturais e homenagens póstumas a militantes da luta antimanicomial que ajudaram a redigir a primeira Carta de Bauru, em 1987, o encontro reafirmou a luta por uma sociedade sem manicômios.

Presente ao encontro, o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Rogério Giannini, afirmou que a luta antimanicomial é em prol





da cidadania e da democracia. “Ser antimanicomial é ser democrata, é lutar por cidadania e por direitos sociais. Vivemos momento difícil e duro, mas conhecemos nossa força e resistência em defesa da democracia.”

O ex-deputado Paulo Delgado, autor do projeto que resultou na Lei 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica), recordou símbolos da luta antimanicomial, como Nise da Silveira e Franco Basaglia. Ele destacou que a Carta de Bauru de 1987 marca uma mudança de paradigma das internações para o acolhimento e o cuidado. “Um tratamento de água com açúcar dado com amor faz mais diferença do que o remédio dado com indiferença.”

Encontro de Bauru – Em dezembro de 1987, trabalhadoras e trabalhadores da saúde mental reunidos em Bauru escreveram o manifesto que marca o início da luta antimanicomial no Brasil e representa um marco no combate ao estigma e à exclusão de pessoas em sofrimento psíquico grave.



Com o lema “Por uma sociedade sem manicômios”, o congresso discutiu as formas de cuidado com os que apresentam sofrimento mental grave e representou um marco histórico do Movimento da Luta Antimanicomial, inaugurando nova trajetória da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Nova Carta de Bauru

O encontro de 2017 aprovou por unanimidade uma nova Carta de Bauru, com destaque para a juventude e a infância, que foram incluídas no documento que consolida 30 anos de luta antimanicomial no Brasil.

O trecho que contempla a infância e a juventude diz que “a presença protagonista de crianças e adolescentes e seus familiares nesse encontro é um marco histórico e indica a importância da continuidade e avanço das políticas públicas de saúde mental intersetoriais para crianças e adolescentes, na perspectiva do cuidado sem controle, garantindo seu direito à voz para a construção de uma sociedade livre de manicômios. Cuidar da infância e adolescência em liberdade é fundamental na nossa luta”.

O documento faz um histórico dos 30 anos da luta antimanicomial no Brasil, denunciando o papel de agentes da exclusão designado aos trabalhadores de saúde mental; afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e da cidadania dos chamados loucos; e compreende que a luta do setor faz parte da luta por uma transformação social ampla e verdadeira.



Sessão

Dentro das celebrações dos 30 anos do Encontro de Bauru, a Câmara dos Deputados

realizou sessão solene, dia 18 de dezembro, para marcar três décadas de luta antimanicomial. O presidente do CFP, Rogério Giannini, e os conselheiros Paulo Maldos e Clarissa Guedes, integrantes do CFP, participaram do evento, além de representantes da luta antimanicomial, profissionais de saúde mental, usuários e familiares.

Retrocessos

Poucos dias após o Encontro de Bauru, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) aprovou resolução alterando a política de saúde mental ao estabelecer novas diretrizes para a Rede de Atenção Psicossocial (Raps). Para o CFP, a resolução aprovada contém pontos que desfiguram a política de saúde mental e afrontam as diretrizes da política de desinstitucionalização psiquiátrica, prevista na Lei 10.216/2001. Além disso, viola as determinações legais no que se refere à atenção e cuidado de pessoas com transtorno mental estabelecidas na Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e na Lei Brasileira de Inclusão.



20 anos de lutas contra violações de direitos

“É preciso cuidado para que a Psicologia não se transforme em instrumento de opressão, chancelando o preconceito e a discriminação

Rogério Giannini

Criada em 7 de agosto de 1997, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) completou 20 anos em 2017. Para celebrar a data, o Sistema Conselhos promoveu o debate “Psicologia e democracia: nenhum direito a menos” e realizará, em 27 e 28 de abril de 2018, mais um Seminário Nacional de Psicologia e Direitos Humanos, em Brasília.

Os novos integrantes da Comissão de Direitos Humanos (CDH) foram empossados em maio de 2017. A CDH tem como atribuição incentivar a reflexão sobre os direitos humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia, intervir em situações em que existam violações dos direitos humanos que produzam sofrimento mental e participar de todas as iniciativas que preservem os direitos humanos na sociedade brasileira. Além disso, busca apoiar o movimento internacional dos direitos humanos e estudar todas as formas de exclusão que violem os direitos humanos e provoquem sofrimento mental.

A comissão é formada por Ana Luiza de Souza Castro (RS - coordenadora), Paulo Roberto Martins Maldos (DF - conselheiro do CFP), Carla Pinheiro França (BA), Ematuir Teles de Sousa (SC), Flávia Cristina Silveira Lemos (PA), Francisco Theofilo de Oliveira Gravinis (CE), Gabriel Medina de Toledo (SP), Maria de Jesus Moura (PE), Maria de Nazaré Tavares Zenaide (PB), Maria Orlene Daré (SP), Marina de Pol Poniwas (PR), Roberta Priscila Brasilino Barbosa (RJ) e Rosimeire Aparecida da Silva (MG), falecida em 2017. Rosi, como era conhecida, estava com 52 anos. Foi militante histórica da luta antimanicomial e pioneira na criação e implementação dos serviços substitutivos aos manicômios na rede de saúde mental.



Estabelecimentos foram alvo de inspeção em outubro

Vistorias buscaram identificar condições de privação de liberdade e respeito aos marcos legais relacionados a direitos

Em outubro de 2017, comunidades terapêuticas de todas as regiões do país foram alvo de uma inspeção nacional realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do Ministério Público Federal e pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). As inspeções foram motivadas pela gravidade dos casos registrados em relatório de setembro do MNPCT em comunidades terapêuticas de Mato Grosso.

O objetivo das vistorias era identificar as condições de privação de liberdade e se o atendimento respeita os marcos legais que tratam dos direitos a serem considerados na oferta de cuidado à população atendida.

A ação conjunta mobilizou cerca de cem profissionais, em vistorias que ocorreram simultaneamente em mais de 30 comunidades terapêuticas nos estados do Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e do Distrito Federal.

De acordo com o presidente do CFP, Rogério Giannini, violações de direitos humanos foram encontradas em todos os estabelecimentos vistoriados. Giannini participou diretamente da inspeção em Mato Grosso. “Eu posso dizer que estive na inspeção. Eu vi. É dramático. É uma fabricação sistemática de transformação do sofrimento em adoecimento.”

Ele destacou que não existe um acompanhamento psicológico adequado e que, em muitos casos, o único tratamento oferecido é a laborterapia, que se resume ao trabalho de manutenção do local onde vivem. “Limpar dependências não é laborterapia”, disse.

Contramão – Para o CFP, comunidades terapêuticas têm atuado na contramão dos princípios da reforma psiquiátrica estabelecida pela Lei nº 10.216/2001, figurando como ambientes de reprodução de práticas manicomiais e violação de direitos.

O CFP foi o responsável pelo único levantamento até então existente no país sobre o funcionamento de instituições voltadas à internação de pessoas que fazem uso de drogas. O documento, lançado em 2011, já identificava práticas como castigos físicos e psicológicos, desrespeito à liberdade religiosa, à diversidade na orientação sexual e identidade de gênero, além do confinamento compulsório como regra.

Até o final dos anos 1980, segundo o CFP, o manicômio era o ápice de uma concepção que excluía, segregava e negava a cidadania a homens e mulheres condenados em decorrência de maus tratos e da violência dos eletrochoques e solitárias.

O resultado das inspeções de outubro vai compor relatórios na busca pela defesa dos direitos dos usuários dos serviços de saúde mental.



CFP integra missões em comunidades de 3 Estados

Relatório identifica principais violações de direitos humanos em comunidades quilombolas de MG, PA e MA

Em seu compromisso com a garantia dos direitos humanos do povo brasileiro, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) participou, em 2017, de três missões em comunidades quilombolas. Em dezembro, relatório anual sobre violações de direitos das comunidades quilombolas do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) da Presidência da República fez várias recomendações e propostas de ações para prevenção, defesa e reparação.

Em julho, o conselheiro Paulo Maldos esteve na audiência pública no Território Quilombola Brejo dos Crioulos, em Varzelândia (MG), para apurar violações de direitos humanos na área. De acordo com ele, os problemas mais graves identificados foram a dificuldade no acesso à água e a ausência de projeto de gestão territorial e ambiental. A finalização do processo de titulação do território também foi apontada como fundamental.

Outras duas missões foram feitas, em comunidades em Alcântara (MA) e Santarém (PA). No Maranhão, o território quilombola abrange mais de 150 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. A tensão no local existe desde os anos 1980, quando as primeiras terras foram cedidas para a abertura do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), base de lançamento de foguetes da Aeronáutica.

Já na comunidade Pérola do Maicá, em Santarém (PA), as principais situações de violações de direitos humanos encontradas pelo grupo relacionam-se aos processos de reconhecimento de territórios quilombolas paralisados, à precariedade das políticas públicas de educação e saúde e ao impacto da construção de porto na região.

As missões foram compostas por representações do poder público e da sociedade civil que integram o grupo de trabalho Direitos dos Povos e Comunidades Quilombolas do CNDH.



Reduzir idade penal não é solução para o tema da violência

A violência não é solucionada pela atribuição de culpa e punição do sujeito do ato, mas pela ação nas instâncias psíquicas, sociais, políticas e econômicas que o produzem

Em 2017, o tema da redução da maioridade penal voltou à pauta, tanto no Congresso Nacional quanto na sociedade. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA) divulgaram nota, em setembro, posicionando-se contrários à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/2012, que trata da redução da maioridade penal.

Para ambas as entidades, a redução da idade penal não é solução para a questão da violência no Brasil, pois a violência não é solucionada pela atribuição de culpa e punição do sujeito do ato, mas, antes, pela ação nas instâncias psíquicas, sociais, políticas e econômicas que o produzem.

A Constituição Federal adotou o princípio da proteção integral da criança e do adolescente





como prioridade absoluta e essa base de sustentação se encontra em diversas normativas internacionais e também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A PEC 33/2012, e outras a ela anexadas, são inconstitucionais e violam o princípio da proteção integral, por desconsiderar a condição peculiar de desenvolvimento da criança e do adolescente”, afirma a nota do CFP e FNDCA.

O CFP ainda apontou que leitura equivocada do ECA leva à confusão entre “inimputabilidade” e “impunidade” e mostrou que o estatuto propõe a responsabilização do adolescente que tenha cometido ato infracional com aplicação de medidas socioeducativas.

Aumento do tempo de internação – Em fevereiro, o CFP defendeu mudanças no Plano Nacional de Segurança Pública. Durante reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, nos dias 22 e 23, o conselheiro Pedro Paulo Bicalho apresentou, sob o olhar da Psicologia, algumas carências do Plano Nacional de Segurança e a necessidade de expandir o debate sobre essa matéria, de forma regionalizada, com a sociedade civil. “Ao tratar de

segurança nas unidades prisionais, o plano não contempla as políticas de individualização da pena, protagonizadas por profissionais de Psicologia e Serviço Social.”

Em setembro, a assembleia do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) debateu a reforma no Sistema de Justiça Juvenil. Presente à assembleia, o CFP, representado pelas conselheiras Iolete Ribeiro e Cleia Cunha, se manifestou contrariamente ao aumento do tempo de internação de crianças e adolescentes em conflito com a lei entre 7 para 10 anos.

Iolete Ribeiro apontou a necessidade de outra forma de enfrentamento da violência, como medidas socioeducativas, reconstrução ou construção de um projeto de vida. “Três anos para um adulto é muito diferente de três anos para um adolescente. É necessário oferecer a essa parcela de adolescentes outra sociedade, com outros padrões de justiça, de solidariedade e de fraternidade, que contribua para a educação e a formação cidadã. Reduzir direitos e aumentar o número de prisões vão resultar em mais violência. Não reduzirá o sofrimento de quem é vítima da violência e não evitará que mais violência seja produzida.”

“Ao tratar de segurança nas unidades prisionais, o plano não contempla as políticas de individualização da pena

Não é possível ensinar Psicologia de forma impessoal

Educar exige interações entre quem ensina e quem aprende

Formação na área de saúde exige prática presencial. Esse é o entendimento do Conselho Federal de Psicologia (CFP), assim como de outros conselhos federais e da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep).

Em março de 2017, o Decreto Presidencial nº 9.057 passou a regulamentar a oferta de cursos na modalidade a distância, da educação básica ao ensino superior. Na prática, o decreto autoriza a oferta de cursos de graduação em nível superior realizados exclusivamente pela internet, até mesmo na área da saúde.

“Não é possível ensinar Psicologia de forma impessoal, a distância. Não é possível ensinar sem considerar as interações de quem ensina e quem aprende”, afirma o presidente do CFP, Rogério Giannini.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), o Brasil possuía, em 2010, 930 cursos de educação superior a distância, sendo quatro da área de saúde: dois de Enfermagem, um de Tecnologia em Radiologia e um de Fisioterapia.

Em 2015, esse número subiu para 1.473 cursos, sendo seis na área da saúde: dois de Enfermagem, um de Educação Física, dois de Tecnologia em Radiologia e um de Nutrição.

A vice-presidente do CFP, Ana Sandra Fernandes, mostrou preocupação com o vertiginoso crescimento da educação a distância na área da saúde,

ditado por projetos encampados por empresários da educação, que tratam educação como comércio ou mercadoria. “O que está em jogo, no caso a qualificação profissional, é o atendimento à população.”

Perigos – A Abep, com apoio do Plenário do CFP, divulgou nota repudiando o conteúdo do decreto presidencial, classificando como inadequada a possibilidade de graduação em Psicologia ministrada exclusivamente pela modalidade EaD, “em função da natureza do saber psicológico, da diversidade e complexidade da constituição da ciência psicológica, bem como do sentido do que deve ser a formação profissional – que representa mais que absorção de conteúdos e aprendizagem de técnicas; implica a construção da identidade profes-

sional, que se realiza no encontro, nas trocas coletivas”.

A conselheira-tesoureira do CFP, Norma Cosmo, também reforçou o posicionamento contrário do CFP na ampliação do ensino a distância na Psicologia. “É fundamental uma formação humanitária no encontro com as peculiaridades de cada sujeito”. Logo, “a prática presencial é necessária na interação com o outro, centrada no cuidado ao ser humano”.

Para a conselheira Regina Pedroza, que representa o CFP na discussão, “está havendo uma mercantilização da educação, vista como produto gerador de lucro.”

O CFP, representado pela psicóloga Fernanda Magano, vice-pre-

sidenta da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) e presidente do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo (SinPsi) integra comissão vinculada ao Conselho Nacional de Saúde que discute essas questões, em conjunto com outros conselhos federais da área. A Abep, representada pela psicóloga Suenny Fonseca, também colabora com os debates da comissão.

Diretrizes curriculares – Em 2018, o CFP, a Abep e a Fenapsi vão discutir as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Em 5 de maio, profissionais, estudantes e docentes de Psicologia de todo o país estarão mobilizados, em Brasília, para construir propostas às novas diretrizes.





Cortes no SUAS inviabilizam serviços e programas

Serviços públicos da área são patrimônio do povo brasileiro e não podem ser aviltados com orçamento que inviabilize sua continuidade



Em setembro de 2017, a Assistência Social sofreu um duro corte de investimentos, quando o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão apresentou proposta de orçamento da área para 2018 de apenas R\$ 78 milhões.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas), manifestou-se contra a retirada de recursos para custeio dos serviços públicos de Assistência Social, por entender que essa redução de forma drástica significaria, na prática, a inviabilização do funcionamento dos equipamentos, serviços, programas e benefícios da assistência social.

O próprio Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) já havia aprovado, em julho, a proposta orçamentária da Assistência Social para 2018 no valor de R\$ 59 bilhões (Resolução nº. 12/2017). O montante seria para manter os serviços existentes e buscar o aumento de cobertura previsto no II Plano Decenal de Assistência Social, como decidido na última Conferência Nacional de Assistência Social.

“Essa definição orçamentária representa afronta direta e sem precedentes ao legado que o Sistema Único de Assistência Social (Suas) tem proporcionado na atenção e no acesso da população em situação de desproteção social às seguranças de renda, acolhida e convivência familiar e comunitária”, afirma nota assinada pelo CFP, que ainda ressaltou que os serviços públicos da Assistência

Social são patrimônio do povo brasileiro e “não podem ser achincalhados com um orçamento que inviabilize a continuidade deste sistema de proteção social”.

Recomposição – Também em setembro, a Conpas foi recomposta e iniciou a montagem do plano de trabalho para 2017/2020. Sua Comissão Executiva passou a ser integrada por três con-

selheiras do CFP: Andrea Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva e Fabiana Itaci Araujo. As outras integrantes são as psicólogas Deborah Akerman, Solange Maria Rodrigues Leite, Rafaela Palmeira Nogueira Belo e o representante do CFP no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Leovane Gregório.

Campanha – Para esclarecer a população brasileira sobre o Sistema Único de Assistência Social, o CFP, a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (Conpas) e o Fórum Nacional dos Usuários do Suas lançaram, em Brasília, durante a XI Conferência Nacional de Assistência Social, uma campanha de combate ao preconceito contra usuárias e usuários do Sistema Único de Assistência Social (Suas). A campanha, composta por filme, cartazes e folhetos, foi apresentada ao público no dia 6 de dezembro de 2017.

FNTSUAS – O CFP atua, ainda, em outra instância da Assistência Social. Tem três representantes na Secretaria Executiva do Fórum Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social (FNTSUAS): as conselheiras Andréa Esmeraldo (titular), Fabiana Itaci Corrêa de Araujo e Célia Zenaide da Silva (suplentes). A eleição da representação ocorreu durante reunião ordinária da Coordenação Nacional do Fórum, realizada nos dias 3 e 4 de fevereiro, em Brasília.



Projeto CFP/CNJ busca contribuir para proteção das mulheres contra a violência doméstica



O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) firmaram protocolo de intenções, dia 20 de dezembro, para que serviços-escolas e tribunais de Justiça enfrentem conjuntamente a violência doméstica contra a mulher.

O protocolo de intenções prevê a criação de projeto piloto no Rio Grande do Norte e em Pernambuco. Nesses estados, há altos índices de violência contra a mulher e baixa incidência da Psicologia junto aos Tribunais de Justiça.

“Os índices de violência contra a mulher nesses estados aliada à baixa incidência da Psicologia junto aos respectivos Tribunais de Justiça, estreitaram a articulação entre CFP e CNJ para fins de promoção de ação efetiva de enfrentamento à violência contra a mulher e, assim, visibiliza a necessidade da incorporação do exercício profissional da Psicologia junto à Justiça”. explica o conselheiro Pedro Paulo Bicalho, do CFP.

“A parceria mostra a importância da Psicologia no enfrentamento da violência contra a mulher”, esclarece a conselheira Clarissa Guedes.

O projeto piloto vai envolver, inicialmente, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Norte (CRP-17), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), as coordenadorias dos Juizados de Violência Doméstica do RN e o CFP. Pedro Paulo Bicalho declara que a proposta é articular o Poder Judiciário, o CFP e os Regionais com as universidades, a partir de fevereiro de 2018.

A medida é um desdobramento de reunião ocorrida em janeiro de 2017 entre a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha e três diretores do CFP, Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes e Pedro Paulo Bicalho.

Mais participação e interação

Na era das redes sociais, CFP aproveitou novas mídias para garantir participação de profissionais da Psicologia em debates online

Na era das redes sociais, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) aproveitou as novas mídias para garantir a participação de profissionais da Psicologia em debates online promovidos pelo CFP. Chamadas de “Diálogos Digitais”, as rodas de conversa foram transmitidas em tempo real pelo site e pelas mídias digitais do CFP. A participação do público ocorreu por meio das redes sociais.

Relembre os “Diálogos Digitais”

A Psicologia na construção de novos possíveis

Em janeiro de 2017, o debate abordou aspectos da crise política e ética que o país atravessava e as subjetividades e possibilidades que a Psicologia apresentava para a sociedade brasileira naquele contexto.

O debate contou com a participação do ex-ministro da Justiça e subprocurador-geral da República Eugênio Aragão, e das psicólogas Maria Cláudia de Oliveira, diretora da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp/FENPB) e coordenadora do Laboratório de Psicologia Cultural (Labmis/UnB), e Ana Bock, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro do Instituto Silvia Lane.



Quais as contribuições da Psicologia para Educação Inclusiva?

Em abril de 2017, o debate online foi sobre a importância da educação inclusiva no Brasil.

Com mediação da professora Simone Vieira de Souza, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o debate contou com as presenças das psicólogas Sônia Shima, da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

(Abrapee), Diva Conde, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), e Regina Pedroza, conselheira do CFP.

Mediação no Sistema Conselhos de Psicologia

Para auxiliar os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) na implantação de procedimentos de mediação de conflitos em processos disciplinares éticos, o CFP realizou o debate no começo de maio de 2017. O tema foi discutido por Ana Ulhoa, mediadora familiar do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT); Silvia Ignez Ramos, professora de Psicologia Jurídica do Ibmec e Faculdades Integradas Hélio Alonso/RJ; Junia Lara, secretária de Orientação e Ética (SOE) do CFP; Lilian Dantas, assessora jurídica do CRP-03 (BA); Renata Cordeiro, mediadora de conflitos do Ministério Público do Rio de Janeiro; Dêlcio Fernando, membro da Comissão de Ética/CRP-04 (MG); Anderson Schuck, presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização/CRP-12 (SC); e Ana Lúcia Catão, advogada, mediadora e integrante do Conselho Consultivo da Câmara de Mediação do CRP-06 (SP). O psicólogo Aluizio Lopes de Brito, ex-conselheiro federal e membro da SOE, também participou.



A liberdade cuida, o cuidado liberta

Na véspera do Dia Nacional da Luta Antimanicomial, em maio de 2017, o CFP promoveu roda de diálogo para discutir a necessidade de psicólogas e psicólogos novamente se posicionarem a favor de uma atenção à saúde mental antimanicomial e por uma sociedade sem manicômios.

O debate foi conduzido pelo presidente do CFP, Rogério Giannini, por Paulo Duarte Amarante, presidente de honra da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), e pela psicóloga Ivarlete Guimarães de França, especialista em saúde e trabalho pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e ativista da saúde mental.

#OrgulhoLGBT: A Psicologia apoia esta causa, e você?

O debate, no mês de julho, marcou o encerramento das atividades e campanhas relacionadas ao Dia Internacional do Orgulho LGBT, celebrado em 28 de junho, e reafirmou o compromisso do CFP em defesa da diversidade sexual.

Contou com a participação da psicóloga Sandra Sposito e do psicólogo Pedro Paulo Bicalho, conselheiros do CFP, Ematuir Teles, membro da Comissão de Direitos Humanos do CFP, Flávia Bonsucesso, professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Ludymilla Santiago, coordenadora da Associação do Núcleo de Apoio e Valorização à Vida de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Distrito Federal e Entorno (ANAVTrans).

Comunidades terapêuticas são estabelecimentos de saúde?

Questões relacionadas à atenção em saúde mental nas comunidades terapêuticas foram debatidas no Diálogo Digital de agosto de 2017.

A conversa contou com a presença do psicólogo Paulo Aguiar, membro do CFP; da procuradora federal Deborah Duprat, da Procuradoria dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (MPF); do psicólogo Lucio Costa, perito do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT); de Leonardo Penafiel Pinho, presidente da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) e membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH); e da psicóloga Fernanda Magano, vice-presidente da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi).





Toda Psicologia nos Interessa – 55 anos da profissão no Brasil

A roda de conversa de agosto de 2017 tratou dos 55 anos da Psicologia, reunindo psicólogas de várias partes do país para dialogar sobre diferentes abordagens da Psicologia e os vários espaços sociais em que psicólogas e psicólogos podem exercer suas atividades profissionais. Quatro temas foram apresentados: “Compromisso Social da Psicologia”; “A Psicologia na Contemporaneidade”; “Psicologia e a integração dos povos”; e “Mundo do trabalho: resistências e desafios”.

Prevenção ao Suicídio: desafios para Psicologia e saúde pública

O tema de setembro de 2017 buscou debater as contribuições da Psicologia para a compreensão do tema e seu papel no cuidado daqueles que atentam contra a própria vida e das de todos que vivenciam o luto dessas perdas inesperadas.

Os participantes foram Vanessa Eletherio, professora de Psicologia do Centro Universitário Estácio do Recife/PE; Luana Lima, da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção do Suicídio (Abeps); Selena Teixeira, da Liga

Acadêmica de Suicidologia do Piauí (Laspi) e do Laboratório de Estudos sobre Valorização da Vida e Prevenção do Suicídio de Teresina/PI; Sonia Grubits, pesquisadora da temática suicídio em idosos pela Fundação Oswal-

do Cruz (Fiocruz); Álvaro Pinto, membro do Conselho Regional de Psicologia – 10ª Região (Pará e Amapá) e do grupo de trabalho Psicologia e Povos Indígenas; e Pedro Paulo Bicalho, conselheiro do CFP.



“Psicologia: Ciência e Profissão” teve 5 edições em 2017

Foram quatro números regulares e um especial, sobre Psicologia e Democracia

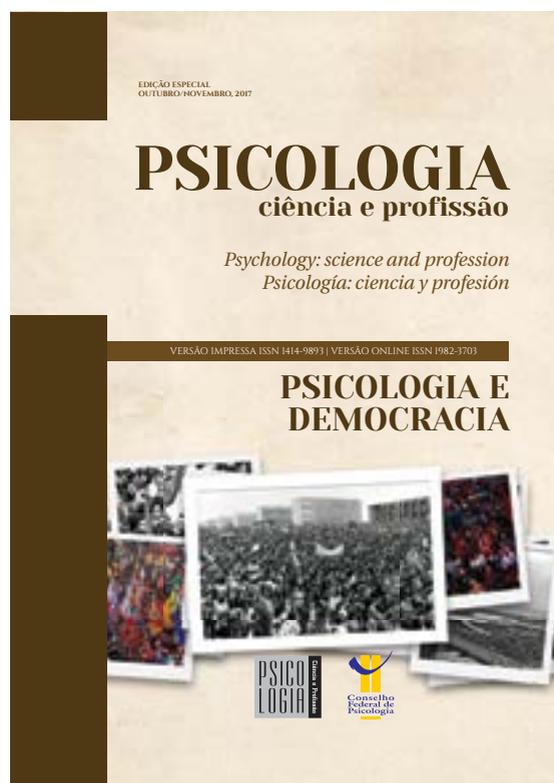
Cinco edições do fascículo 37 da revista “Psicologia: Ciência e Profissão” (PCP) chegaram à plataforma SciELO em 2017, mantendo o compromisso da PCP em promover diálogos entre prática profissional, formação e pesquisa, de forma a contribuir para a produção de conhecimento em Psicologia e para o enfrentamento dos desafios impostos pela conjuntura política e econômica do país.

Este ano, a revista ganhou cinco novos membros na sua comissão editorial para o triênio 2017-2019: Anna Paula Uziel (Região Sudeste), Marilda Castelar (Nordeste), Adolfo Pizzinato (Sul), Carolina dos Reis (Nordeste) e Daniela Zanini (Centro-Oeste). A editora da revista, Neuza Guareschi, e o editor associado Pedro Paulo Bicalho também integram o colegiado.

A edição do número especial ficou sob responsabilidade dos professores Fernando Lacerda Jr. e Domenico Uhng Hur, da Universidade Federal de Goiás (UFG). A proposta do número sobre Psicologia e Democracia foi dar visibilidade aos artigos vencedores do “Prêmio de Psicologia e Direitos Humanos: Ditadura Civil-Militar e repercussão sobre a Psicologia como ciência e profissão”, promovido em dezembro de 2013.

Editada desde 1979, a Psicologia: Ciência e Profissão é uma publicação científica de excelência internacional, classificada com a nota A2 no sistema Qualis de avaliação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação. Atualmente, a revista está indexada nas bases da SciELO; Lilacs (Bireme); Clase; Latinex; PsycINFO; Redalyc; e Psycodoc.

Em 2018, a “Psicologia: Ciência e Profissão” será acessível para todas e todos, como definido por conselheiras e conselheiros que



compõem plenário do CFP. Para os editores Neuza Guareschi e Pedro Paulo Bicalho, a decisão mostra o compromisso do CFP em incorporar na publicação os debates promovidos pela autarquia. “O tema da acessibilidade é primordial para o CFP, que pode produzir políticas indutoras capazes de influenciar outras publicações a ampliarem a democratização da comunicação”, afirmou Bicalho.

Outras publicações – Mas a Revista PCP não foi a única publicação editada em 2017. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou “Relações raciais: referências técnicas para a prática da(o) psicóloga(o)”. O documento de referência sobre relações raciais para profissionais da Psicologia foi produzido pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) e



é uma resposta do CFP à solicitação da categoria feita no 9º Congresso Nacional da Psicologia, no qual diversas propostas indicaram a necessidade de promover o combate ao racismo.

A publicação faz um mapeamento sobre o racismo no Brasil e também dos esforços empreendidos para sua superação. Ajuda, ainda, na compreensão do cenário, dos mecanismos acionados para reduzir e eliminar direitos humanos e do desmonte de políticas públicas.

Além disso, o CFP também publicou no site o “Caderno de Deliberações do 9º Congresso Nacional de Psicologia (CNP)”, realizado em junho de 2016, para divulgar as diretrizes do Sistema Conselhos de Psicologia nos próximos três anos.

Política de arrecadação e Manual de Procedimentos aprovados

A Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) do Sistema Conselhos aprovou, em dezembro de 2017, a atualização do Manual de Procedimentos Administrativos proposta pelo grupo de trabalho de Tesoureiros. Algumas pendências, no entanto, precisam ainda ser estudadas, como intensificar a divulgação dos direitos de isenção das anuidades junto à categoria; estudar cenários futuros relacionados a isenções; e considerar que profissionais maiores de 65 anos de idade poderão se abster do direito de isenção do pagamento da anuidade. Além disso, a Norma 11, que trata da gestão de pessoal, será revisada e atualizada por equipe técnica, considerando a reforma trabalhista.

A política de arrecadação do Sistema Conselhos de Psicologia também foi aprovada, com reedição da Resolução CFP 006/2017, que trata das negociações de anuidades, e com a revisão da Resolução CFP 009/2017, que prevê prescrição de créditos.

A Apaf aprovou outra resolução de interesse da categoria, que permite acesso aos recursos da conta divulgação para edição de publicações relacionadas à Psicologia.

O documento “Política de Arrecadação do Sistema Conselhos de Psicologia”, que orienta os Conselhos Regionais a promover soluções para

a inadimplência, também foi aprovado pelas delegações da Apaf de dezembro. Outras questões relacionadas à arrecadação aprovadas foi a campanha para divulgar a política de arrecadação do Sistema Conselhos. A Apaf também resolveu o problema financeiro do CRP-01 (DF), decidindo aportar recursos para a realização de um plano de desligamento voluntário.

O GT de Tesoureiros (Assuntos Financeiros) é integrado por representantes do CFP e dos seguintes regionais: Rio de Janeiro (CRP 5), São

Paulo (CRP 6), Rio Grande do Sul (CRP 7), Paraná (CRP 8), Goiás (CRP 9), Pará e Amapá (CRP 10), Paraíba (CRP 13), Mato Grosso (CRP 18), Sergipe (CRP 19) e Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima (CRP 20).

A conselheira-tesoureira do CFP, Norma Cosmo, ressalta o compromisso dos representantes regionais para o êxito do trabalho. “Sem a participação coletiva, não teríamos conseguido chegar a esses resultados. É uma produção coletiva, realizada com foco na categoria.”



Visitas aproximam CFP e CRPs

Gestos políticos e simbólicos

Criar canais de diálogo cada vez mais próximos entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os Conselhos Regionais de Psicologia. Esse foi o objetivo dos Diálogos Itinerantes, realizados ao longo do ano, quando a diretoria do CFP visitou os CRPs de Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Para-

íba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

De acordo com o presidente do CFP, Rogério Giannini, essas reuniões locais possibilitaram conversar com um grupo mais amplo de conselheiras e conselheiros regionais, para além dos delegados

com os quais a diretoria da entidade tem contato nas Assembleias de Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) do Sistema Conselhos de Psicologia. Segundo ele, a ideia foi “ouvir mais gente, conhecer mais diretamente o conjunto do plenário de cada regional, saber quais são as ideias, e superar ideias simplificadas ou pré-concebidas”.

Notas da Psicologia

DIRETRIZES CURRICULARES

Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) vão discutir as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. A proposta do encontro, marcado para 5 de maio em Brasília, é organizar e mobilizar profissionais, estudantes e docentes de Psicologia de todo o país para construir propostas às novas diretrizes.

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

Economia, agilidade e praticidade estão presentes no Sistema Eletrônico de Informações (SEI!), cuja implementação foi iniciada no Conselho Federal de Psicologia (CFP) no dia 12 de setembro de 2017.

Até dezembro, mais de 11 mil processos já foram gerados no SEI! Para 2018, outras inovações estão previstas, como o aplicativo para celular, atualmente em fase de testes.

Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), o SEI! é plataforma que engloba módulos e funcionalidades destinados a promover a eficiência administrativa. O SEI! tem como características a eliminação do papel como suporte físico para documentos institucionais e compartilhamento do conhecimento com atualização e comunicação de eventos em tempo real.

RESOLUÇÃO REGULAMENTA PRÁTICA ON-LINE

Profissionais da Psicologia terão nova resolução sobre os serviços psicológicos realizados por meios tecnológicos de comunicação a distância. A decisão de reformular a Resolução CFP 11/2012 foi tomada pelas delegações da categoria reunidos na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) de dezembro. Segundo a nova norma, é dever profissional

prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional e também nas disposições do Código de Ética e que os meios tecnológicos de informação e comunicação (TICs) são ferramentas que podem ajudar no atendimento síncrono ou assíncrono.

CONCURSO PARA ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA

As provas de título para o concurso de especialista em Psicologia serão aplicadas em todo o Brasil, conforme decisão do IX Congresso Nacional de Psicologia.

A concessão do título é regulada pelas Resoluções CFP nº 13/2007 e nº 03/2016.

O concurso tem três fases: prova objetiva, de caráter eliminatório; prova discursiva, de caráter eliminatório; e prova de títulos, de caráter classificatório. As especialidades contempladas no concurso são: Neuropsicologia; Psicologia Hospitalar; Psicologia Clínica; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia do Trânsito; Psicologia Social; Psicologia em Saúde; Psicomotricidade; Psicologia Escolar/Educacional; e Psicopedagogia.

CHAMADA PÚBLICA PARA PROMOÇÃO DE EVENTOS

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveu, em 2017, a chamada pública 02/2017, convidando interessados a apresentarem propostas para obtenção de apoio para promoção de eventos técnicos ou científicos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018. O objetivo da chamada pública é apoiar eventos com foco nas diretrizes aprovadas que compõem os eixos temáticos do IX Congresso Nacional de Psicologia (IX CNP) para desenvolver e valo-

rizar a Psicologia e a categoria profissional e dar visibilidade à sociedade acerca da relevância da ciência e das atividades técnico-profissionais da área.

O edital, que segue as normas da Lei 8.666/93, vai destinar R\$ 300 mil para pagamento de passagens aéreas e hospedagens em território nacional.

RETOMADA DO CREPOP

No dia 25 de maio de 2017, os conselheiros integrantes do Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) reunidos durante encontro em Brasília, no Conselho Federal de Psicologia (CFP), reforçaram o compromisso da categoria contra o retrocesso do país em relação às condições de trabalho e aos direitos conquistados.

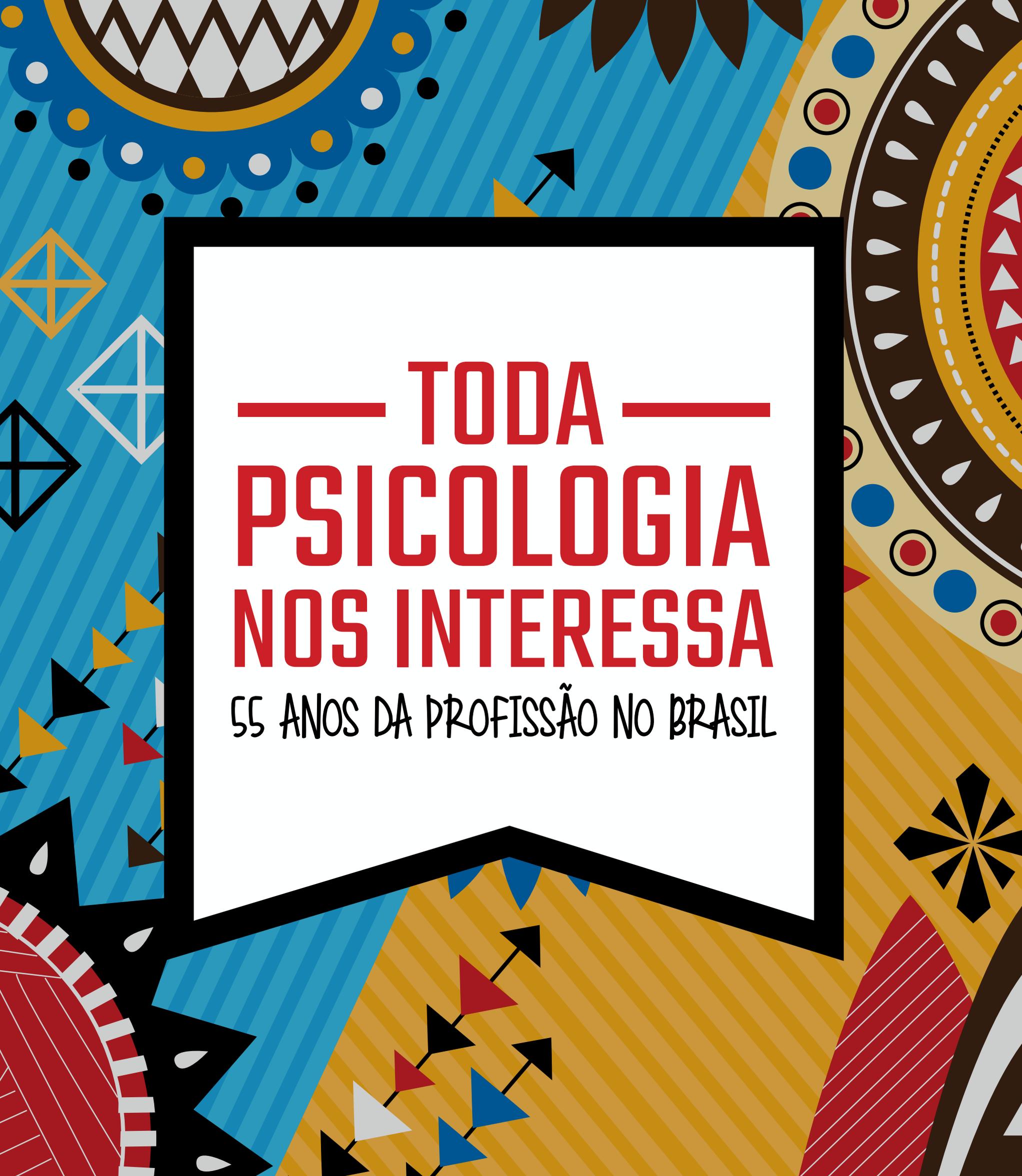
O Crepop, ferramenta de diálogo presente nos 23 conselhos regionais, mobiliza e promove discussões para qualificar a atuação profissional, prática que impacta diretamente na garantia de direitos aos usuários dos serviços públicos. Presente nos 23 CRPs, o Crepop desenvolve pesquisas e assessora o Sistema Conselhos de Psicologia em temas ligados às políticas públicas.

INCIDÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Atualmente, o Sistema Conselhos de Psicologia está presente em mais de 500 espaços de incidência política e participação social nos níveis municipal, estadual, distrital e nacional. Por meio de conselheiros e colaboradores, os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia atuam na defesa e na garantia dos direitos sociais e das políticas públicas em diferentes espaços, que incluem conselhos de políticas públicas, fóruns de trabalhadoras e trabalhadores, de conselhos profissionais, grupos de trabalho com outras instituições e entidades da Psicologia, fóruns e associações internacionais, comissões e campanhas. No parlamento, o CFP participou de aproximadamente 20 audiências públicas, que trataram de diferentes temas.

PROCESSOS ÉTICOS

Ao cumprir seu objetivo de orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional, e respeitando seu compromisso de transparência com a sociedade, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) torna público, na versão online do Jornal do Federal jornaldofederal.cfp.org.br/114/index.html#processoseticos, os 44 processos éticos julgados pela entidade entre setembro de 2016 e novembro de 2017.



— TODA —
PSICOLOGIA
NOS INTERESSA

55 ANOS DA PROFISSÃO NO BRASIL